

CONTRA A “LIBERDADE DIRIGIDA” DO PCP: O DISCURSO ANTICOMUNISTA NOS DEBATES DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE NO “VERÃO QUENTE” DE 1975

*Against the PCP's “directed freedom”: anti-
communist discourse in the Constituent Assembly
debates during the “Hot Summer” of 1975*

PATRÍCIA FREITAS
patriciafdl2017@gmail.com
Universidade do Porto, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4558-4095>

DOI
https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_3

Texto recebido em / Text submitted on: 14/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 04/11/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 61-88

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo identificar as principais linhas de força da argumentação anticomunista presente no discurso político dos deputados da Assembleia Constituinte, durante o designado “Verão Quente” de 1975. Tendo sido um período em que o processo revolucionário foi vivido com intensidade por largos setores da sociedade portuguesa, o clima de combate político e ideológico ultrapassou as manifestações, os comícios e as palavras de ordem, tendo-se instalado de forma evidente na Constituinte. Ao mesmo tempo que se preparava a futura Constituição democrática do país, estabelecia-se um dispositivo argumentativo de combate ao PCP, cuja proveniência se encontrava em todos os partidos, à exceção do MDP/CDE. Partindo dos conceitos de anticomunismo e discurso político, analisaremos o modo através do qual estes partidos encetaram uma sistemática descredibilização do PCP, ultrapassando a simples oposição política.

Palavras-chave: Anticomunismo; Assembleia Constituinte; Discurso político; Diário da Assembleia Constituinte.

ABSTRACT

The aim of this article is to identify the key lines of anti-communist argumentation in the political discourse of the members of the Constituent Assembly during the so-called “Hot Summer” of 1975. At a time when the revolutionary process was strongly felt by large sections of portuguese society, the climate of political and ideological struggle went beyond demonstrations, rallies and slogans and was clear in the Constituent Assembly. At the same time as the country’s future democratic constitution was being prepared, an argumentative device was being established to fight the PCP, whose origins were to be found in all the parties, except for the MDP/CDE. Based on the concepts of anti-communism and political discourse, we will analyse the way in which these parties systematically discredited the PCP, going beyond simple political opposition.

Keywords: Anti-communism; Constituent Assembly; Political discourse; Diary of the Constituent Assembly.

INTRODUÇÃO

As eleições realizadas a 25 de abril de 1975 representam um marco importante no processo de democratização português. Num contexto marcado pela aceleração do processo revolucionário, a presença institucional de uma assembleia eleita com uma ampla participação do povo português – 91% da população recenseada foi às urnas – demonstrava que quarenta e oito anos de ditadura não iriam impedir o desenvolvimento dos mecanismos de participação democrática. O ato eleitoral sucedeu logo após a assinatura do pacto entre o Movimento das Forças Armadas (MFA) e os partidos políticos, dando origem à Plataforma de Acordo Constitucional, que só viria a ser revista em 1976. Inicialmente, a necessidade de fazer convergir o MFA com o futuro texto constitucional foi proposta pelo Partido Comunista Português (PCP), sendo que todos os partidos manifestaram a sua concordância. Mais tarde, Diogo Freitas do Amaral diria que “Cunhal tinha em vista subordinar a Assembleia Constituinte ao MFA, impedindo assim que as eleições pudessem vir a anular as «conquistas da revolução»” (Amaral, 1995: 355).

Além de ter representado um ato de efetivação da democracia, foi também na Assembleia Constituinte que, obedecendo ao espírito de mudança que atravessava a sociedade portuguesa, se debateu sobre a “transição para o socialismo”, sobre a necessidade de “socializar os meios de produção e da riqueza” e também a “apropriação coletiva dos principais meios de produção”¹.

Ainda que sejam “poucos os que analisam a Constituinte ou lhe conferem relevância no processo revolucionário” (Rezola, 2021: 47), existe, contudo, um conjunto de obras que foram produzidas por antigos deputados à Constituinte, conferindo assim uma importância significativa a este órgão colegial². No campo da historiografia, além dos trabalhos já mencionados, identificam-se ainda dois estudos recentes. Um, cujo interesse principal reside no facto de analisar o percurso biográfico dos deputados, bem como

¹ Constituição da República Portuguesa, 1976.

² Referimo-nos a algumas obras fundamentais e de carácter memorial, como as de Miranda (2015) e Amaral (1995).

as suas intervenções parlamentares (Veiga; Rollo; Santos, 2021). O outro, que se debruça especificamente sobre a Assembleia Constituinte, no quadro das suas atribuições e vivências, dentro do contexto específico do processo revolucionário (Martins, 2023). Partindo da necessidade de contribuir para os estudos sobre este órgão, este artigo tem dois objetivos principais, sendo um deles contribuir para a valorização do papel da Assembleia Constituinte no processo revolucionário português, e o outro enquadrar o discurso político anticomunista na sua formação. Em termos cronológicos, será analisado o período que corresponde ao comumente designado “Verão Quente” de 1975, ou seja, desde o início dos trabalhos da Assembleia, em junho de 1974, até novembro de 1975, momento em que a esquerda militar é definitivamente derrotada e se abre uma nova fase do processo de democratização.

Optou-se, assim, por considerar como objeto de estudo central o discurso de oposição ao PCP. As razões que norteiam esta opção estão relacionadas com a necessidade de problematização dos aspetos discursivos anticomunistas que possam integrar o discurso político dos sujeitos que participavam nos debates. Ao mesmo tempo que se procura valorizar a função da Assembleia Constituinte, pretende-se compreender quais eram os principais argumentos mobilizados pelos partidos políticos com representação parlamentar para combater a linha político-ideológica seguida pelos constituintes comunistas. Inseridos numa dinâmica revolucionária heterogénea – incluindo o “Verão Quente” de 1975 – os debates que se desenvolvem no decurso da elaboração da Constituição apresentam traços que, inevitavelmente, refletem o clima de agitação que também se fazia sentir nas ruas.

A função primordial da Assembleia Constituinte era a elaboração de uma Constituição, obedecendo às orientações do MFA, que estipulava “a convocação, no prazo máximo de um ano, de uma Assembleia Nacional Constituinte” (Rezola, 2012: 637). O debate em torno da realização de eleições e do início da atividade da Constituinte foi amplo e demonstrou o conflito que existia entre os que defendiam a via da legitimidade eleitoral e os que defendiam a via da legitimidade revolucionária (Reis, 1995: 568).

Nesse sentido, apesar da eleição de uma Assembleia Constituinte estar prevista no Programa do MFA, esta questão esteve longe de reunir consenso.

O primeiro episódio que viria a revelar divergências quanto a este processo foi desencadeado na sequência da apresentação de um plano, pelo então primeiro-ministro Adelino de Palma Carlos, para alterar a ordem das eleições que estavam previstas no Programa do MFA. O que estava em causa era dar prioridade às eleições para o cargo de Presidente da República, proposta que o Conselho de Estado acabaria por rejeitar (Ferreira, 1994: 201). Verificou-se ainda uma nova tentativa de reforço dos poderes presidenciais, desta vez anulada pelos acontecimentos de 28 de setembro de 1974, que levariam à demissão de António de Spínola.

No plano dos partidos políticos, e para uma melhor interpretação do discurso anticomunista, é de salientar que alguns elementos do PCP e de outros partidos de esquerda radical, como o Movimento Esquerda Socialista, a União Democrática Popular e o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, começaram também a questionar o papel da Assembleia Constituinte, argumentando que subsistiam dúvidas quanto à existência de “condições de efetiva liberdade de voto, ou de voto esclarecido” (Ferreira, 1994: 205), depois de quase meio século de ditadura³. A ausência de consenso sobre esta matéria contribuiu para o aprofundamento das discórdias entre aqueles que defendiam a legitimidade eleitoral, ou seja, os que propugnavam por um “regime político de democracia pluralista de tipo ocidental” (Ferreira, 1994: 206), e os que pendiam mais para a via da legitimidade revolucionária. O resultado das eleições viria a confirmar, segundo esta perspetiva, o PCP como grande derrotado, tendo conseguido apenas 12,5% dos votos, ou seja, trinta deputados. De facto, há quem defenda que o resultado das eleições para a Constituinte e o início do seu funcionamento “ocasionaram a primeira importante derrota das teses vanguardistas” (Antunes, 1988: 80), como demonstrava a distribuição de votos pelas forças políticas. Uma leitura

³ Uma análise preliminar e exploratória da tentativa de condicionamento do voto no PCP e em outros partidos de esquerda está expressa em Freitas (2025), a partir de uma perspetiva que privilegia a análise de um conjunto de jornais católicos, pertencentes às dioceses de Bragança-Miranda, Braga, Lamego, Viseu e Guarda e que se foca nas dinâmicas do discurso anticomunista católico neste período.

alternativa a esta aponta para uma maior incidência de votos nos partidos à esquerda, cerca de 60 por cento, passando pelo PS, o mais votado, e os restantes (Loff, 2022: 89).

Contrariamente à derrota do PCP, a capacidade política do Partido Socialista (PS) saía reforçada, à medida que também se intensificava a ação da “frente anticomunista que estava a ser criada para inverter a trajetória política que o pós-11 de Março tinha desenhado” (Loff, 2022: 91). Uma frente anticomunista que contava com o apoio não só do PS, como dos partidos à sua direita, dos setores mais conservadores da Igreja Católica, nomeadamente da sua hierarquia, da extrema-direita e, como veremos a seguir, o anticomunismo proveniente do partido da esquerda radical com representação parlamentar, a UDP.

Para esta análise implica saber, em primeiro lugar, que entre os doze partidos nacionais que concorreram às eleições, apenas seis conseguiram ter representação parlamentar: Partido Socialista, Partido Popular Democrático, Partido Comunista Português, Centro Democrático Social, Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral e União Democrática Popular (Espírito-Santo; Rodrigues; Espada: 2021: 93). Nesse sentido, e tendo em consideração o posicionamento e a natureza de cada um dos partidos, analisaremos o discurso político como uma ferramenta que oscila entre “o êxito em desconstruir o outro e a forma como constrói a si mesmo, como oposição ao outro” (Pinto, 2006: 93).

A partir do momento em que a Assembleia Constituinte iniciou os seus trabalhos, a discussão em torno da existência do período “antes da ordem do dia” marcou a agenda dos intervenientes. No que ao PCP diz respeito, o seu grupo parlamentar votou contra a concretização deste período, afirmando que os artigos 42º e 43º tornariam possível que a Assembleia discutisse “indefinidamente – repetimos, indefinidamente – durante o período de antes da ordem do dia!...” (DAC nº 5, 14-06-1975: 62). Posicionamento similar revelavam as declarações de Luís Catarino, deputado do MDP/CDE, ao afirmar que a proposta suportava as ambições dos partidos maioritários, permitindo-lhes “ultrapassarem a natureza e os limites restritos de uma Assembleia Constituinte” (DAC nº 5, 14-06-1975: 62). De facto, as posições

quer do PCP, quer do MDP/CDE, poderiam ter contribuído para o aprofundamento do discurso anticomunista, que se revelou uma prática discursiva constante durante o período em análise. Esta é, no entanto, uma hipótese interpretativa, devendo ser articulada com o contexto anterior à efetivação da Assembleia, ou seja, não ignorando que o regime deposto pela revolução tinha sido um dos principais difusores do pensamento anticomunista pela sociedade portuguesa.

Nesse sentido, considerámos relevante olhar para o período “antes da ordem do dia” como um espaço que, embora contra a vontade destes dois partidos, se revelou importante para a discussão de temas variados, ainda que com a política no topo dos interesses⁴. Relativamente à metodologia, privilegiar-se-á a análise de fontes primárias. Para tal, os debates constituem o corpo documental que suporta este artigo, ainda que a nossa análise possa ser frequentemente cotejada com elementos importantes das obras memoriais que foram citadas anteriormente, já que podem ser integrados no conjunto mais amplo de intervenções individuais – ainda que em contexto partidário – que foram proferidas na Assembleia Constituinte. Mobilizar-se-ão ainda alguns documentos partidários, sobretudo comunicados e declarações, presentes na Associação Cultural Ephemera, assim como documentação presente na Fundação Mário Soares e Maria Barroso. O cruzamento de fontes de diversa natureza permite compreender de forma mais abrangente as tendências do discurso anticomunista.

ANTICOMUNISMO E DISCURSO POLÍTICO

Na década de oitenta, Becker e Bernstein assinalavam a existência de trabalhos historiográficos dedicados ao estudo do anticlericalismo, do antifascismo, do antimilitarismo, enquanto constatavam que o anticomunismo não figurava na

⁴ A sistematização sobre as temáticas abordadas neste período está em Rezola (2021). Verifica-se, com base neste estudo, que a categoria “política” foi a que ocupou mais tempo de intervenção aos deputados.

lista dos *antis* privilegiados pela historiografia. Entre outras razões, apontavam a dificuldade em reunir documentação difusa para o seu estudo, fator que seria desmotivante para os historiadores (Becker e Bernstein, 1987: 17). Contudo, a nossa hipótese de trabalho pressupõe que se tente clarificar o conceito de anticomunismo, já que é em torno dele que se desenvolverá a análise do discurso político. Tem sido consensual afirmar que não existe uma definição específica para o conceito, na medida em que se reveste de uma polissemia que pode dificultar a sua problematização no contexto da análise historiográfica. Tal é o caso de Bonet, que classifica o anticomunismo como “um fenómeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico” (Bonet, 1986: 34). A complexidade do anticomunismo reflete-se na pluralidade ideológica a que está sujeito, não se cingindo, ao contrário do que se possa pensar, ao espectro discursivo e cultural da direita. Desse modo, “se existe o anticomunismo de cunho clerical, reacionário, fascista, etc., também pode haver o que se inspira nos princípios liberais ou, sendo de esquerda, nos princípios da social-democracia” (Bonet, 1986: 34). De resto, se a crítica do comunismo não é monopólio de nenhum quadrante político, social ou religioso, não deixa de ser verdade que o comunismo lidera a lista de temas que têm sido alvo de críticas e denúncias ao longo do tempo, sobretudo depois da revolução de 1917 (Liebman e Miliband, 1984: 1).

No caso português, sabemos que o anticomunismo tem carecido de uma abordagem sistemática por parte da historiografia, conhecendo-se, no entanto, alguns estudos que sugerem a necessidade de uma emersão mais profunda neste campo de estudos. À exceção de algumas obras sobre o Estado Novo, que indicam a sua inegável vocação anticomunista (Torgal, 2009; Martins, 2016), o anticomunismo permanece ainda como uma realidade pouco analisada. Apesar disso, numa abordagem mais particular, centrando-se numa análise discursiva, mas nem por isso alargada, Faria (1995) e Silva (2023) discutem alguns aspetos do discurso mobilizados pela retórica salazarista para legitimar ideologicamente o anticomunismo, sobretudo do ponto de vista político. Alargando a questão anticomunista ao campo religioso, conhece-se a importância que o regime deu às aparições de Fátima e o modo através do qual instrumentalizou este fenómeno religioso

para acentuar a necessidade de combate ao comunismo, particularmente a União Soviética e o comunismo espanhol, no contexto da Guerra Civil de Espanha (Rampinelli, 2012; Santos, 2017; Torgal, 2011), existindo ainda a dimensão da propaganda salazarista neste período (Pena, 2007). Do ponto de vista da continuidade, ou seja, da conceção do anticomunismo como uma prática com alguma longevidade e presente na sociedade portuguesa, note-se a sua inserção numa dinâmica de exclusão do *outro*, constituindo-se como uma extensão da “contínua exclusão do contendor” (Real, 2019: 405) que pautava a política portuguesa.

Relativamente ao processo revolucionário português, indica-nos a obra anteriormente referida que este foi um período em que vigorou a “fase popular” do anticomunismo, “manipulada ou não por forças políticas, e certamente influenciada por meio século de propaganda anticomunista” (Real, 2019: 407). De facto, o anticomunismo popular, na sua componente relacionada com a violência física – ataques contra os centros de trabalho do PCP e às sedes de outros partidos de esquerda – tem sido um objeto de estudo privilegiado no que toca à análise da mundividência anticomunista (Palacios Cerezales, 2003; Sánchez Cervelló, 1997). Por conseguinte, as restantes variáveis de análise, onde se incluem os discursos políticos, a prática doutrinária, em suma, a formação de um *pensamento anticomunista*, têm sido mais subalternizadas. Encontrando-nos na referida fase do anticomunismo de cunho popular, a vocação teórica, subjacente à prática política, sugere-nos uma reflexão mais profunda e alargada acerca dos mecanismos de manutenção e desenvolvimento de uma ideologia que remonta, em Portugal, a um período anterior à própria criação do PCP (Real, 2019: 406).

As justificações que apresentamos para problematizar o discurso político como portador de uma intenção de efetivar o sentimento anticomunista prendem-se, nesse sentido, com a multiplicidade de intervenções que registámos durante o período de antes da ordem do dia, entre junho e novembro de 1975. Sistemáticamente, foi um período usado para demonstrar o descontentamento generalizado em relação ao PCP e à sua postura no contexto do processo revolucionário, mas não só. Como diria Sophia de Mello Breyner, deputada do PS, a revolução estava a ser “liderada pelo maximalismo literato

dos falsos intelectuais de Lisboa, pelo facciosismo dos inconscientes e dos loucos e pelas estratégias dos oportunistas do marxismo pronto a vestir” (DAC nº 25, 2-08-1975: 620). Numa referência vaga e, simultaneamente, dirigida especificamente ao PCP, a deputada procurava distanciar-se a si e ao seu partido daquilo que considerava ser o “marxismo pronto a vestir” de uma esquerda *irresponsável e divisionista*.

Nesse sentido, o discurso político procura afirmar posições e ideias contrapondo-as às dos seus adversários. Neste caso, estamos perante uma Assembleia Constituinte, que é o “espaço de interação” (Marques, 2006: 305) onde os discursos confluem entre si. Nesse espaço, os principais intervenientes são os partidos políticos, que atuam num contexto parlamentar, no domínio do discurso, “que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas” (Bernstein, 1988: 61). Não nos podemos esquecer, contudo, que apesar do carácter democrático deste novo contexto político, o discurso anticomunista reafirma-se como um mecanismo não só de oposição às linhas programáticas do PCP, mas também de combate ao seu conteúdo ideológico, interpretando-o, como acontecia durante a ditadura, como uma fonte de *agressão* que colocava o país entre a “genuflexão a Salazar e a genuflexão a Vasco” (DAC nº 31, 14-08-1975: 801).

UNIÃO DEMOCRÁTICA POPULAR: OS “TRAIDORES DAS BANCADAS CUNHALISTAS”

As intervenções parlamentares de Américo Duarte, o único deputado eleito pela UDP, revelam a pertinência de fazer uma caracterização ampla do anti-comunismo, provando que ele não constitui, de facto, uma realidade discursiva circunscrita ao universo da direita. Como salienta Bonet, não podemos excluir a hipótese de estarmos perante um anticomunismo “radical libertário, que muitas vezes ocupa posições de extrema-esquerda” (Bonet, 1986: 34). Também no âmbito dos partidos da esquerda radical, embora não tivesse tido representação parlamentar, o MRPP firmava posições de discordância em relação à Assembleia Constituinte, como se lê num comunicado, a propósito da realização de um comício subordinado ao tema “A classe operária e a questão

das eleições à Assembleia Constituinte”⁵. Aí, questionava-se a legitimidade do “partido dito comunista do ministro Barreirinhas Cunhal”, terminando com um apelo de “morte ao social-fascismo do P“C”P!”⁶.

Apesar de no espectro político ambos se posicionarem à esquerda, a UDP considerava que o PCP não estava nem política nem ideologicamente apto para integrar qualquer solução governativa, devido à sua política de colaboração com a União Soviética. De acordo com Américo Duarte, “o partido do Dr. Cunhal é, assim, o principal agente dos interesses imperialistas e expansionistas da actual Rússia, procurando que Portugal mude de patrão” (DAC nº 16, 12-07-1975: 338). Este era o primeiro passo para confiscar as liberdades sobre as quais os deputados comunistas falavam, sobretudo nos momentos de discussão do futuro projeto constitucional. Além disso, não era uma ideia circunscrita à perção deste deputado, sendo partilhada pela maioria dos partidos com representação parlamentar e até por partidos sem representação institucional. Veja-se o caso já citado do MRPP que, tecendo críticas ao PCP, reafirmava o seu carácter social fascista, porque considerava que “a URSS e os seus aliados eram também imperialistas” (Sánchez Cervelló, 1993: 215). Note-se, no entanto, que esta conceção se estendia até às reflexões, por exemplo, do PPD, que, saudando a independência de Angola, recusava o “social-imperialismo” e as “manobras social-fascistas”⁷.

Ainda assim, outra importante preocupação da UDP tinha que ver com a participação do PCP nos Governos Provisórios. Sendo, no seu entender, um partido ao serviço dos interesses da política soviética⁸, não reunia as condições necessárias para integrar soluções governativas. A posição da

⁵ “A classe operária e a questão das eleições à Assembleia Constituinte”, 1974, Fundação Mário Soares / Luiza Medeiros, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?passa=11051.089> (2025-10-24).

⁶ “A classe operária e a questão das eleições à Assembleia Constituinte”, 1974, Fundação Mário Soares / Luiza Medeiros, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?passa=11051.089> (2025-10-24).

⁷ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado”, 11 de novembro de 1975, fl. 1.

⁸ Relativamente a esta problemática, Ferreira defende que, embora o papel da URSS no processo revolucionário português ainda não tenha sido suficientemente estudado, “há testemunhos publicados sobre o apoio que deu ao PCP e às suas políticas em Portugal” (Ferreira, 2004: 156).

UDP aproximava-se mais do posicionamento leninista relativamente ao “nenhum apoio ao governo provisório”, encarando a atuação do PCP como um favorecimento ao triunfo da contrarrevolução. Segundo Américo Duarte, os governos provisórios não passavam de

gabinetes em que a burguesia pretende resolver os seus problemas, em que os imperialismos se digladiam e os seus representantes em Portugal, o PS e o falso partido comunista, se devoram na mira de novos lugares no Governo, esquecendo-se completamente que há camponeses na miséria [...]. (DAC nº 24, 1-08-1975: 598)

O deputado criticava também as insuficiências operacionais do PCP enquanto partido revolucionário, pois estaria, pelo contrário, a “vergar-se à própria democracia burguesa” (DAC nº 17, 16-07-1975: 373). Nas palavras do dirigente comunista Álvaro Cunhal, o partido defendia que Portugal não devia ser “um companheiro de viagem das democracias burguesas” (Cunhal *apud* Sánchez Cervelló, 1993: 235), pugnando sempre pela primazia da legitimidade revolucionária em detrimento da legitimidade dos processos eleitorais.

A UDP posiciona-se, especialmente no período de antes da ordem do dia, como “o terceiro partido mais participativo” (Rezola, 2021: 58). É compreensível que, temendo uma possível marginalização dentro da Assembleia, este partido se esforçasse por ver reconhecidas as suas aspirações e ouvidas as suas reivindicações. Nesse sentido, defendia, entre outras causas, a aliança operário-camponesa como verdadeira alavanca da revolução. Esta posição divergia da estratégia seguida pelo PCP que, segundo a UDP, era um partido que “goza hoje do ódio de milhares de camponeses pobres do Centro e Norte do País” (DAC nº 38, 28-08-1975: 1035). Esse ódio derivava do abandono da aliança operário-camponesa, assunto que irá marcar o discurso deste partido até pelo menos à criação da Frente de Unidade Revolucionária, em agosto de 1975.

Por outro lado, Eisfeld salienta que a grande parte dos interesses internacionais na Revolução Portuguesa provinha do “bloco EUA-Europa ocidental” (Eisfeld, 1985: 83).

Tendo em consideração as posições da UDP, há quem considere que lhe foi possível “angariar uma «auréola» revolucionária junto da população” (Ferreira, 1997: 228). De facto, a análise das intervenções de Américo Duarte revela precisamente a sua intensa combatividade, fosse contra o “social-fascismo” do PCP, fosse contra os “reacionários” e “fascistas” de outros partidos⁹.

PARTIDO SOCIALISTA: “AS CONSPIRAÇÕES PALACIANAS E AS MANIPULAÇÕES CASTRENSES DO DR. ÁLVARO CUNHAL”

Em julho de 1975, o deputado do PS, Jaime Gama, denunciava o “clima doentio em que decorre a nossa vida política” (DAC nº 14, 9-07-1975: 286). Uma das razões que motivava este discurso estava relacionada com a questão dos meios de comunicação social, tema que era fraturante nas intervenções do PS. Concretamente, a situação em que se encontrava o jornal *República*, que viria inclusive a motivar a saída do PS do IV Governo Provisório. Apesar disto, a perplexidade do PS em relação à capacidade de influência do PCP através dos meios de comunicação já fazia parte do seu discurso antes das eleições para a Assembleia Constituinte, tendo até demonstrado alguma surpresa pelos seus resultados eleitorais. No momento das eleições, os socialistas afirmavam que seria de esperar que o PCP obtivesse um resultado mais favorável, dada “a sua infiltração nos meios de comunicação social”¹⁰.

O tema do controlo dos meios de comunicação social foi introduzido de forma a conotá-lo com a “obra de uma minoria”, que conduzia o *República* à disseminação “de mentira e demagogia, às ofensas mais grosseiras, às

⁹ Em última instância, a UDP considerava que a presença de vários partidos nos Governos Provisórios significava uma “luta dos imperialismos”, numa clara referência a elementos do PPD e do PS: “A situação actual é o resultado da política de disputa dos imperialismos. Por isso, a tarefa primeira é lutar por um Governo de independência nacional, sem Mota, sem Soares e Sem Cunhal”, *DAC*, nº 20, 19-07-1975: 472.

¹⁰ “Portugal Socialista. Órgão Central do Partido Socialista”, 28 de abril de 1975, Lisboa, Fundação Mário Soares / Arquivo Histórico do Partido Socialista, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=12264.022> (2025-10-24).

calúnias mais inconcebíveis” (DAC nº 14, 9-07-1975: 285). Por sua vez, Manuel Alegre não hesitava em afirmar que “o caso do jornal *República* não é um problema laboral, mas um problema político, que se insere numa estratégia global de controle dos órgãos da informação” (DAC nº 16, 12-07-1975: 333). Apesar de permanecerem ainda “algumas dúvidas por esclarecer” (Figueira, 2014: 74) em relação ao caso do jornal *República*, o PCP encontrava-se no centro gravitacional do debate em torno da liberdade de informação, não só associado a este caso em particular, como a outros. Para Igrejas Caeiro, a “ortodoxia da «cartilha do PCP e seus filhotes»” era responsável pela manipulação de outros órgãos de comunicação, como a “Rádio Renascença, Televisão, *Diário de Lisboa*, *Século*, *Diário de Notícias* e Emissora Nacional” (DAC nº 37, 27-08-1975: 1002). A 10 de julho de 1975, o PS emitia um comunicado onde explicava os contornos do caso *República*, referindo-se à saída de vários elementos “pêcês”, que tinham ido ocupar cargos em “jornais que recentemente tinham sido monopolizados pelo PC, tais como o *Diário de Notícias* e *O Século*”¹¹. Convém referir que, dentro da própria análise historiográfica, existem visões semelhantes, ou seja, que imputam ao PCP uma culpa acrescida no que dizia respeito à ausência de liberdade nos meios de comunicação, sobretudo depois do 11 de Março de 1975, momento a partir do qual “a maior parte dos jornais diários foi nacionalizado, o que permitiu ao PCP controlá-los com mais facilidade” (Matos, 2003: 100)¹². A partir daqui, intensifica-se o confronto entre as duas forças partidárias, sendo que as ações de qualquer natureza

¹¹ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado”, 10 de julho de 1975, fl. 1.

¹² Note-se, por exemplo, a indignação de um deputado do PS sobre a cobertura noticiosa das manifestações do PCP: “Cada vez que há uma manifestação do PCP ou aliados, os títulos e fotografias estendem-se por várias colunas, as notícias por várias páginas, o número de manifestantes por vários zeros. Ontem, por exemplo, o *Diário de Notícias* garantia que 100000 pessoas tinham estado presentes na manifestação da FUR. Passei pela manifestação quando ela se dirigia para Belém e verifiquei que, tendo uma frente relativamente estreita, ela se prolongava por 500 m. 100000 pessoas? Das duas uma: ou não sou muito forte em aritmética, ou não reparei que os «guerrilheiros» da FSP iam às cavalitas de militantes do MDP e os amigos da Isabel do Carmo ao colo das bases do PCP” (DAC nº 40, 30-08-1975: 1114).

levadas a cabo pelo PS serviam fundamentalmente para uma “oposição sistemática a tudo aquilo que o PCP personificava como poder instituído” (Ferreira, 1997: 212).

Por outro lado, surgiam as controvérsias em relação ao rumo que deveria tomar o processo revolucionário. Depois da vitória eleitoral do PS nas eleições para a Assembleia Constituinte, o partido vai invocar sistematicamente a legitimidade eleitoral nos debates analisados, contrapondo o “desfasamento profundo entre a vontade popular democraticamente expressa e a linha minoritária autoritariamente imposta” (DAC nº 35, 22-08-1975: 928). Esta crítica visava, sobretudo, a conduta do PCP, em colaboração com Vasco Gonçalves e com a 5ª Divisão do Estado Maior Geral das Forças Armadas (EMGFA). Considerava-se que, através de uma estratégia contrária àquilo que eram as aspirações democráticas da maioria, o PCP, o primeiro-ministro e a 5ª Divisão orquestravam planos que transformavam a “Revolução de Abril numa conspiração permanente contra a democracia” (DAC nº 40, 30-08-1975: 1108). A atuação do PCP era encarada como um conjunto de manobras antidemocráticas:

O Partido Comunista Português, porventura frustrado com os resultados das eleições, sem respeito pela vontade popular e abandonando o processo democrático, arranca, dentro do mais puro estalinismo com uma estratégia para a conquista do Poder. Dominando certos sectores-chave do aparelho do Estado, infiltrando-se no seio das forças armadas, manipulando os órgãos de informação, os sindicatos e as autarquias locais, aproveitando habilmente as crises do 28 de Setembro e do 11 de Março, o Partido Comunista denuncia, no entanto, as suas intenções, e os portugueses começam a acreditar que o capitalismo de Estado, com uma nova ditadura, iria ser, a curto prazo, uma realidade em Portugal.
(DAC nº 37, 27-08-1975: 998)

De certa forma, esta intervenção identifica os eixos principais na argumentação do PS: o controlo da informação, dos sindicatos e autarquias e de alguns setores das Forças Armadas. Como ficava patente ao longo de

1975, o problema sindical marcava a agenda do PS, referindo-se ao “clima de enorme tensão” provocado pela lei da unicidade sindical, rejeitando-a por ser a “unicidade sindical de inspiração totalitária”¹³.

Por outro lado, verifica-se um mal-estar geral em relação ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves, que o PS considerava como um companheiro da “linha aventureirista que tem vindo a ser seguida pelas cúpulas do PCP” (DAC nº 34, 21/08/1975: 891). Além do seu pendor contrarrevolucionário, na visão dos deputados socialistas, esta aliança contribuía para a erosão das conquistas democráticas. Diagnosticava-se, assim, o “Cunhalismo Gonçalvesismo” (DAC nº 40, 30/08/1975: 1108) como uma das principais patologias da Revolução.

No que diz respeito à violência do “Verão Quente” de 1975, que se traduziu nos assaltos e atentados bombistas aos centros de trabalho do PCP e às sedes de outros partidos de esquerda, o PS justificava-os com a própria atuação do PCP a nível local. Um deputado do PS descrevia o comportamento de elementos comunistas em Portalegre:

Mas compreender-se-á ainda melhor esta política demagógica quando se assiste a casos como o que sucedeu há quatro ou cinco dias atrás na Federação dos Grémios da Lavoura de Portalegre, que agrupa cerca de dois milhares de produtores de leite, e cuja orientação estava a cargo de uma comissão de trabalhadores. Ali apareceu então uma outra composta de dez indivíduos afetos ao PCP, e a grupelhos como a FSP, automeada e tendo consigo uma lista de saneamento que incluía trabalhadores que se desejava afastar sem qualquer motivo (ou por motivos facilmente deduzíveis). Portanto, os saneamentos selvagens, a intimidação (há dias até se chegou ao extremo de dizer numa sessão do PCP, em Benavila, que era necessário partir os dentes, perdão, partir a cabeça a quem dissesse mal do Partido ou pelo menos alguma coisa contra).
(DAC nº 29, 9-08-1975: 736)

¹³ Associação Cultural Ephemera, “Pela unidade e liberdade dos trabalhadores – Comunicado do Secretariado Nacional”, 14 de janeiro de 1975, fl. 2.

Não deixa de ser relevante assinalar que, de facto, o ambiente que se fazia sentir fora do edifício parlamentar não estancava à porta da Assembleia Constituinte. Um dos acontecimentos que marcou de forma decisiva os trabalhos da Assembleia foi o cerco que ocorreu a 12 de novembro de 1975, empreendido pelos trabalhadores da construção civil. Octávio Pato, deputado comunista, afirmava, dias depois, que “nós também não concordamos com tal cerco. Mas, se se querem atribuir responsabilidades, então elas devem ser atribuídas ao Ministério do Trabalho, pela sua recusa sistemática em negociar” (DAC, nº 82, 19-11-1975: 2701). O PS, num comunicado do Secretariado Nacional, afirmava que os direitos dos trabalhadores da construção civil deviam ser salvaguardados e devidamente acautelados, mas também considerava que o que estava em causa era instrumentalizar os trabalhadores “numa manobra política que tem como objetivo principal o ataque ao Governo no quadro da estratégia golpista e antidemocrática de grupos minoritários”¹⁴. Estes grupos minoritários aos quais se referia o PS seriam novamente referidos a propósito dos acontecimentos do 25 de Novembro, momento em que os “grupos políticos da extrema-esquerda instrumentalizada pelo PCP”¹⁵ tinham saído derrotados.

Também no âmbito institucional surgia um discurso político anticomunista, em linha com o posicionamento do PS depois do 11 de Março e com os aspetos que naturalmente moldaram as suas relações com o PCP. Deste modo, talvez possamos concordar com a ideia segundo a qual o PS “não hesitou em empregar a estratégia ideológica do «anticomunismo» nas zonas geográficas onde o PCP era objeto de grande hostilidade por parte da população” (Ferreira, 1997: 212). Em sentido oposto, surgiam as justificações do dirigente socialista Mário Soares que, a propósito da vaga de mobilizações anticomunistas no Norte e Centro do país, “faz finca-pé na espontaneidade das acções e no carácter genuíno da indignação anticomunista” (Palacios Cerezales, 2003: 143).

¹⁴ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado de Secretariado Nacional do Partido Socialista”, 13 de novembro de 1975, fl. 1.

¹⁵ Associação Cultural Ephemera, “25 de Novembro – Derrota do Golpismo Vitória da Democracia”, 28 de novembro de 1975, fl. 1.

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO: A “ESTRATÉGIA ODIOSA DO PARTIDO COMUNISTA”

Não tendo tido propriamente uma tradição de luta antifascista no período anterior à revolução, é possível afirmar que o PPD surgiu das “cinzas da ala liberal” (Sánchez Cervelló, 1993: 191) da Assembleia Nacional. Além disso, o PPD afirmava que se posicionava ao lado “dos pequenos e médios agricultores e também dos trabalhadores que não são oportunistas nem lacaios de caciques «do Partido»” (DAC nº 25, 2/08/1975: 618), numa evidente estratégia de demarcar a sua posição em defesa da classe trabalhadora, apesar de o grande suporte do PPD ter sido a “grande e média burguesia industrial e financeira” (Ferreira, 1997: 214). Do mesmo modo, defende-se que o PPD recebeu, nos primeiros tempos da revolução, alguns “participantes e apoiantes (e reformistas frustrados) do antigo regime”, tendo passado a acolher “personalidades e redes associadas ao antigo regime, bem como da Igreja” (Jalali, 2007: 141).

Um dos argumentos que se destaca nas intervenções dos deputados do PPD incidia sobre o facto de o PCP reivindicar para si a autoridade do processo revolucionário, enquanto consolidava a sua hegemonia no aparelho de Estado. Afirmava-se que, para esse efeito, o PCP influenciava o MFA, chegando a “colonizá-lo e arrastá-lo para a instauração de um clima de força e ditadura” (DAC nº 19, 18-07-1975: 430). Rejeitava, nos discursos dos seus deputados, os “apelos à via da ditadura do proletariado” (DAC nº 9, 20-07-1975: 163) e a “conquista do Poder por parte daqueles que pretendem impor um «socialismo iluminado» ou uma ditadura dita do proletariado que para a maioria não passaria de um «socialismo vindo do frio»” (DAC nº 50, 20-09-1975: 1448). Apesar disso, recorde-se que uma das resoluções do VII Congresso do PCP¹⁶ foi precisamente a alteração da fórmula *ditadura do proletariado*.

À semelhança da visão que modelava o discurso do PS, também o PPD considerava que o PCP era um partido, no contexto revolucionário, mais

¹⁶ O VII Congresso do PCP realizou-se no dia 20 de outubro de 1974, tendo sido o primeiro realizado em liberdade. Além da alteração efetuada à fórmula “ditadura do proletariado”, foram aprovadas outras alterações ao Programa e aos Estatutos, fruto da nova realidade em que o PCP passara a intervir depois do 25 de Abril de 1974.

antidemocrático que democrático, ideia que se manteve depois da tomada de posse do VI Governo Provisório. A propósito destas semelhanças, convém salientar que o PPD, apesar da demarcação programática, demonstrava a “constante ambiguidade ideológica” (Sánchez Cervelló, 1993: 198) ou a “indeterminação ideológica” (Jalali, 2007: 140) ao longo do processo revolucionário¹⁷:

No início das negociações, ao formular as suas condições para participar no VI Governo, o PPD apresentou as maiores reservas à integração do PCP nesse elenco. E fê-lo tendo em conta a constante prática insultuosa desse Partido para com os outros parceiros da coligação, as suas graves responsabilidades na crise social, política e económica que o País actualmente atravessa, a sua rejeição pelo povo português e a irresponsabilidade das suas cúpulas, que um dia numa frente revolucionária com várias organizações minoritárias e no dia seguinte se voltam para outros azimutes.
(DAC nº 47, 17-09-1975: 1336)

Ainda assim, o PPD não se considerava um partido político anticomunista, mas sim “antitotalitário”, pois era contra as “ações pidescas de vigilância, de busca, de repressão” (DAC nº 83, 20-11-1975: 2741) levadas a cabo pelos comunistas, que contrariavam a sua posição na Assembleia Constituinte. Estas ações eram relatadas por um deputado eleito pelo círculo eleitoral dos Açores, onde, segundo a sua experiência, o PCP se comportava de forma demagógica, provocando na população sentimentos de desconfiança e revolta. Essencialmente, o universo político dos comunistas era classificado como uma proposta de “colonização ideológica”, através de “lavagens ao cérebro com ideologias de pacotilha” (DAC nº 71, 29-10-1975: 2248). O mesmo descontentamento era demonstrado num comunicado proferido pelo secretário-geral do PPD, a propósito de um comício realizado no Porto,

¹⁷ A respeito desta questão, considera-se até que tanto o PS como o PSD (neste período, designado por PPD) são “partidos de eleitores, com uma orientação *catch-all* e a correspondente flexibilidade e indeterminação ideológica” (Jalali, 2007: 129).

numa manifestação de apoio ao VI Governo Provisório, sobre as “vítimas da fúria sanguinária das minorias comunistas e suas aliadas”¹⁸. O material teórico e propagandístico do PCP não era mais do que um conjunto de comunicados que “desencadeavam inexistentes movimentos populares, comissões minoritárias de trabalhadores e atroavam os ares das ruas de Lisboa com palavras de ódio e de verborreia pseudo-revolucionária” (DAC nº 42, 4-09-1975: 1178). A organização da juventude do partido, a Juventude Social Democrata, também destacava nas suas intervenções políticas o “boicote sistemático à Assembleia Constituinte e do VI Governo Provisório pelo PCP e outras organizações de cunho totalitário e cunhal-fascizante”¹⁹.

Verifica-se ainda outra dimensão do discurso que merece alguma atenção, devido ao facto de constituir uma das questões centrais do debate em torno das clivagens regionais sobre o acolhimento e a receção da revolução. Para os deputados do PPD, a ideia que se criava sobre o grau de consciência política do povo do Norte era condenável, sendo esse um dos motivos que conduzia à negação das ideias comunistas nessas zonas:

É o povo, o povo de todo o Norte, e muito em especial, neste momento, o povo de Amarante, que em grupos de vigilância, estrategicamente, se coloca, de manhã à noite e da noite até de manhã, como se outra coisa não tivesse que fazer, tentando descobrir o foco, tentando capturar o inimigo, o inimigo do fogo, e tentando saber quais as actividades de bandos armados que, dizendo-se defensores dessas gentes, contra eles estão!.

(DAC nº 44, 11-09-1975: 1238)

Não deixa de ser relevante assinalar que as divisões regionais eram sistematicamente abordadas pelos partidos, porque considerava-se que o PCP fazia distinções injustas sobre o nível de consciência política da população

¹⁸ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado de Francisco Sá-Carneiro – Secretário-Geral do Partido Popular Democrático aos militantes e simpatizantes do partido”, 9 de outubro de 1975, fl. 1.

¹⁹ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado da Comissão Política Nacional da JSD”, 1975, fl. 1.

de certas regiões. Concretamente, referindo-se ao distrito de Braga, Álvaro Cunhal reconhecia que “neste distrito é muito intensa a campanha anticomunista” (Cunhal, 2014: 172). Ou ainda que seria imprudente retirar votos às “forças democráticas” e dá-los às “forças conservadoras ou reacionárias” (Cunhal, 2014: 179). Estas interpretações eram vistas como uma tentativa de dividir o país, já que “os pêçepistas haviam dividido o território nacional em duas regiões [...] situando ao norte de uma linha imaginária a fria escuridão fascista e deixando ao sul a luz reverberante das estepes politizadas”²⁰.

Como vimos, à semelhança de Mário Soares, também o PPD analisava a violência anticomunista fundamentalmente como um conjunto de atos de defesa contra o “risco de uma ditadura em Portugal” (DAC nº 39, 29-08-1975: 1071). Nesse sentido, encontramos um discurso de legitimação dessa violência, ainda que se lamentasse os seus efeitos, imputando as responsabilidades aos comunistas. Em relação ao povo de Trás-os-Montes, a narrativa era semelhante, na medida em que a sua aversão ao comunismo era *natural*, fruto de uma consciência política em tudo contrária às medidas que se tomavam durante o processo revolucionário:

É que o povo trasmontano não é tão curto de visão política como muitos pretendem [...]. Mas só porque não votou neste partido ou em qualquer uma das suas muletas, o povo de Trás-os-Montes passou a ser alcunhado de reaccionário [...]. Então por que razão se apelida de reaccionário o povo trasmontano? Por não reivindicar horários de trabalho? Por não reivindicar salários mínimos incomportáveis? Por não reivindicar semanas de cinco dias? Por não fazer ocupações indiscriminadas? Por não praticar saneamentos selvagens? Por receber de braços abertos, sem ódio nem ressentimento, todos que por lá passam?.

(DAC nº 37, 27-08-1975: 1005)

²⁰ “Portugal Socialista. Órgão Central do Partido Socialista”, nº 41, 21 de maio de 1975, Lisboa, Fundação Mário Soares / Arquivo Histórico do Partido Socialista, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=12264.026> (2025-10-25).

Efetivamente, a propósito do anticomunismo nas zonas rurais do Norte, argumenta-se que “a rejeição do rumo político pode entender-se melhor se for tida em conta a dissonância entre o projeto político socializante e o *ethos* camponês nortenho [...]” (Palacios Cerezales, 2003: 152). No que diz respeito à análise do relacionamento da população com os partidos, é de salientar que, depois da revolução, se mantiveram as relações de base clientelar, especialmente através da ação “dos caciques locais que sobretudo partidos como o CDS e o PPD/PSD têm mantido e até reforçado o seu poder, a nível local e nacional” (Silva e Toor, 1988: 57).

No que diz respeito à discursividade do PPD, a sua estratégia era, em grande medida, semelhante à do PS, no que toca à definição de princípios ideológicos, devido “à sua identidade conjuntural com o projecto socialista” (Ferreira, 1997: 215), mas também no que diz respeito a reivindicar uma maior legitimidade para participar na vida política, depois dos resultados obtidos nas eleições para a Assembleia Constituinte. Podemos considerar que o PPD aproveitou “a conjuntura anticomunista do «Verão Quente» de 1975” (Ferreira, 1997: 216) para reafirmar a sua hostilidade em relação ao projeto de sociedade socialista que o PCP defendia. De salientar que, no rescaldo do 25 de Novembro, Mota Pinto afirmava que manter o PCP “ao lado dos partidos automaticamente democráticos, entre as forças democráticas, desacredita aos olhos do povo a democracia” (DAC nº 88, 3-12-1975: 2846). Posição semelhante emanava da cúpula do CDS, ao questionar as razões pelas quais Pinheiro de Azevedo reconhecia virtudes democráticas ao PCP, conferindo enfoque ao “envolvimento do PCP no 25 de Novembro”²¹.

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL: “O POVO DISSE QUE NÃO QUER O COMUNISMO”

O CDS foi um dos partidos a ser fundado depois da revolução, com o propósito de constituir uma alternativa ao PPD, que seguia a linha da social-democra-

²¹ Associação Cultural Ephemera, “Onde vê Pinheiro de Azevedo as virtudes democráticas do PCP?”, s/d, fl. 1.

cia. Foi assim que Freitas do Amaral definiu o seu partido, “um partido do centro, de tipo neo-liberal e de inspiração giscardiana” (Amaral, 1995: 184). No contexto do processo revolucionário, o CDS é um partido que surge no panorama político com uma “indeterminação ideológica” (Jalali, 2007: 130) que lhe dificultava uma afirmação mais consistente e uma organização de bases mais eficiente, tendo até afirmado que “entre os seus fundadores havia dois anti-salazaristas” (Sánchez Cervelló, 1997: 191). Isto reflete as ligações que alguns dos seus integrantes tinham com o regime deposto e o esforço que se fazia para manter o CDS dentro da nova arquitetura política e institucional²². Além disso, o partido não participou em nenhum dos governos provisórios, facto que lhe diminuiu a “credibilidade institucional para se desenvolver como partido político” (Ferreira, 217: 217).

Para o partido centrista, o processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril foi decisivamente influenciado pela ação do PCP. Em primeiro lugar, Freitas do Amaral considerava que os primeiros meses da revolução tinham revelado que “o PCP atuou democraticamente [...] e não praticou nenhum ato decisivo de natureza revolucionária ou pré-revolucionária” (Amaral, 1995: 276). Tal postura de colaboração ter-se-ia alterado depois do 28 de Setembro de 1975, momento a partir do qual o PCP começava o seu processo de “subversão” da legalidade democrática. Ainda assim, o próprio deputado constituinte admitia não possuir “nenhuma prova documental de que Álvaro Cunhal e o PCP tenham tomado esta decisão de desencadear um processo revolucionário tipicamente comunista” (Amaral, 1995: 277).

Apesar disso, o CDS conseguiu mobilizar os seus apoiantes, sobretudo os do Norte do país, para “participarem ativamente nas acções anticomunistas levadas a cabo especialmente pelo Movimento Democrático de Libertação de Portugal” (Sánchez Cervelló, 1993: 237). O deputado Amaro da Costa, em resposta ao deputado comunista Octávio Pato, dizia que “não será nunca de

²² A 30 de abril de 1974, ou seja, cinco dias após a queda do regime, Freitas do Amaral escreveu uma carta a Marcello Caetano, expondo-lhe a “sólida amizade” que por ele nutria, num gesto que considerava ser um “dever de consciência a cumprir – escrever umas palavras, de amigo para amigo, a Marcello Caetano” (Amaral, 1995: 153).

nós que o senhor sentirá manifestação de anticomunismo primário ou de outro tipo, porque nós, antes do mais, adversários, respeitamo-lo e respeitamo-lo pelo seu passado de perseguição e de luta” (DAC nº 9, 20-06-1975: 183).

Na realidade, tendo tido dezasseis deputados eleitos na Assembleia Constituinte, o CDS defendia a legitimidade eleitoral, revelando assim o seu posicionamento em relação ao rumo do processo revolucionário. Combatia as ambições da implantação de uma suposta “ditadura de esquerda” que era planeada pelo PCP e por outros “grupúsculos da extrema-esquerda” (DAC nº 28, 8-08-1975: 706). Esta posição acentuava-se com a entrada em funções do VI Governo Provisório:

O outro facto que afeta certamente – e aqui em muito maior escala – a confiança do VI Governo Provisório é a participação nele do Partido Comunista Português. É certo que este partido obteve o 3 lugar nas últimas eleições. Mas o povo português terá, sem dúvida, grande dificuldade em compreender como pode participar num Governo formado para respeitar, enfim, a vontade dos eleitores um partido que afirma preferir a via dita revolucionária à via eleitoral: como pode aliar-se aos adeptos da democracia pluralista quem preconiza, diferentemente deles, a construção de uma democracia popular [...].

(DAC nº 55, 1-10-1975: 1625)

O último argumento mobilizado pelo deputado Galvão de Melo, num dos debates parlamentares, invocava o perfil cristão do povo português que, maioritariamente, “não quer o comunismo” (DAC nº 31, 14-08-1975: 804). Tinha-o afirmado em Fátima e nas urnas, ao penalizar um partido que, segundo este deputado, tinha usufruído de várias vantagens durante a campanha eleitoral: “prática de anos; quadros; diretivas claras vindas do estrangeiro; dinheiro em abundância; imprensa, rádio e televisão todos os dias ao seu dispor; proteção ativa de certas minorias dentro do MFA” (DAC nº 31, 14-08-1975: 804).

De facto, no período de antes da ordem do dia, não se registam muitas intervenções do CDS. Mas a sua linha argumentativa, no que dizia respeito

ao PCP, não se distanciava muito da tendência generalizada de condenação que aqui temos vindo a analisar. Sem surpresas, a intervenção realizada sobre a questão da descolonização (Rezola, 2021: 57) mobilizava a referência às “injeções de marxismo-leninismo” (DAC nº 68, 24-10-1975: 2171) a que estava sujeita a população de Timor-Leste. Norton de Matos afirmava também que “a propaganda comunista feita a negros de civilização ainda rudimentar só os pode levar a uma conclusão: a necessidade de eliminar os brancos” (DAC nº 68, 24-10-1975: 2171). Ao mesmo tempo que condenava a condução do processo de descolonização, reafirmava a excessiva influência que, em seu entender, o PCP exercia sobre essa dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que apresentar conclusões, este artigo pretende ser uma abordagem exploratória de uma ideia que fez parte do imaginário político, social e cultural do processo revolucionário português: o anticomunismo. Em primeiro lugar, é impossível analisar esta ideia política sem a considerar como parte integrante de um projeto ideológico que antecede em várias décadas a revolução. A ideia política do anticomunismo apenas se prolonga neste novo contexto, adotando características específicas que não escaparam à influência exercida pelas ideias do passado. É possível perceber que o discurso dos partidos analisados revela algumas características comuns, transversais ao espectro político com representação na Assembleia Constituinte – e até fora, se tivermos em conta as críticas do MRPP mencionadas anteriormente. A mais flagrante, e também a que se revela uma herança evidente do passado, é a de que o PCP seria um agente ao serviço de interesses estrangeiros, nomeadamente do comunismo soviético.

Desta análise sai reforçada a ideia segundo a qual a Assembleia Constituinte foi um “espaço privilegiado de disputa política” (Rezola, 2021: 56). Acrescentaríamos a evidente disputa ideológica que é identificável nos debates, sendo que o anticomunismo não será aqui encarado como uma mera oposição ao projeto político do PCP. A sua proveniência situa-se num tempo mais recuado, onde o comunismo era identificado como um “inimigo da Pátria” (Faria, 1995: 231). A partir daqui, o anticomunismo não se

encontra apenas veiculado ao universo simbólico das ameaças externas que o Estado Novo considerava centrais, como o bolchevismo e o sovetismo, passando a fazer parte de um leque mais vasto de problemas cuja existência era associada aos comunistas: a monopolização da informação, a adoção de políticas “sectárias” e “divisionistas”, a violência política, entre outros que foram mencionados neste artigo.

Em segundo lugar, sai reforçada a ideia segundo a qual continua a ser relevante analisar o papel da Assembleia Constituinte, porque a sua própria existência não foi consensual, tendo suscitado o apoio ou as críticas dos diferentes partidos políticos. As conflitualidades em torno das duas legitimidades, a eleitoral e a revolucionária, permitem também compreender melhor as dinâmicas do discurso anticomunista, ainda que na sua génese estejam sobretudo os elementos simbólicos associados ao regime que antecedeu o 25 de Abril.

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, Diogo Freitas do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*. Círculo de Leitores.
- Becker, Jean-Jacques; Bernstein, Serge (1987). L'anticommunisme en France. *Vingtième Siècle, Revue d'histoire*, 15. Dossier: Quatre visages d'une modernisation française, 17-28.
- Bernstein, Serge (1988). Os partidos. In René Rémond, *Por uma História Política* (57-98). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Bonet, Luciano (1986). Anticomunismo. In Norberto Bobbio; Nicola Matteuci; Gianfranco Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política* (34-35). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Cunhal, Álvaro (2014). *Obras Escolhidas. Volume V 1974-1975*. Lisboa: Edições Avante!.
- Eisfeld, Rainer (1985). Influências externas sobre a Revolução Portuguesa: o papel da Europa Ocidental. In Eduardo Ferreira; Walter Opello (Orgs.), *Conflitos e Mudanças em Portugal (1974-1984)*. Lisboa: Teorema.
- Espírito-Santo, A., Rodrigues, J. E. e Espada, I. (2021). Candidatos a «pais» fundadores: as listas partidárias à Assembleia Constituinte. In Filipa Raimundo e João Cancela (Orgs.), *As eleições fundadoras da democracia portuguesa* (87-106). Lisboa: Assembleia da República.
- Faria, Telmo Daniel (1995). O comunismo: um anátema estado-novista. *Revista de História das Ideias*, 17, 229-161.

- Ferreira, José Maria Carvalho (1997). *Portugal no Contexto da «Transição para o Socialismo» (História de um Equívoco)*. Brasil: Editora da FURB.
- Ferreira, José Medeiros (1994). Portugal em Transe. In José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol. 8 (197-222). Editorial Estampa.
- (2004). O 25 de abril no contexto internacional. *Relações Internacionais*, 2, 143-158.
- Figueira, João (2014). Caso *República*: a morte de um jornal cansado de lutar. In Maria Inácia Rezola; Pedro Marques Gomes, *A Revolução nos Média* (53-78). Lisboa: Tinta-da-China.
- Freitas, Patrícia (2025). “*Que nenhum cristão se deixe levar pela armadilha do medo!*”: o anticomunismo católico no PREC (1974-1976). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Jalali, Carlos (2007). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Liebman, Marcel; Miliband, Ralph (1984). Reflections on anti-communism. *The Socialist Register*, 21, 1-22.
- Marques, Maria Aldina (2006). Narrativa e Discurso Político: Estratégias argumentativas. In Macedo A.; Keating E, *O Poder das Narrativas, as Narrativas do Poder*. Atas dos Colóquios de Outono 2005-2006 (303-316). Universidade do Minho/CEHUM.
- Martins, Guilherme d'Oliveira (2023). A Assembleia Constituinte 1974-1976. In Pedro Tavares de Almeida, *O Parlamento Português* (1-20). Assembleia da República.
- Martins, Moisés de Lemos (2016). *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. Edições Afrontamento.
- Matos, Luís Salgado de (2003). A Igreja na revolução em Portugal (1974-1982). In José Maria Brandão de Brito, *O País em Revolução*. Círculo de Leitores.
- Miranda, Jorge (2015). *Da Revolução à Constituição. Memórias da Assembleia Constituinte*. Principia Editora.
- Palacios Cerezales, Diego (2003). *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pena, Alberto (2007). *Salazar, a imprensa e a guerra de Espanha*. Coimbra: Minerva.
- Pinto, Celi Regina Jardim (2006). Elementos para uma análise do discurso político. *Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia*, Santa Cruz do Sul, 24, 78-109.
- Rampinelli, Waldir José (2012). O uso das “aparições de Fátima” na manutenção do império colonial lusitano. *Revista Esboços*, 19, 27, 273-287.
- Real, Miguel (2019). Anticomunismo. In José Eduardo Franco (Dir.), *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo – Volume I* (405-408). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Reis, António (1995). A Dialética entre as Componentes Militar e Civil no Processo Revolucionário do 25 de Abril. *Revista de História das Ideias*, 17, 561-573.
- Rezola, Maria Inácia (2012). O Movimento das Forças Armadas e a Assembleia Constituinte na Revolução Portuguesa (1975-1976). *Historia Constitucional*, 13, 635-659.
- (2021). “Antes da ordem do dia”: a revolução na Assembleia Constituinte. *Revista Língua-lugar*, 3, 45-64.
- Sánchez Cervelló, Josep (1993). *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (1997). A contra-revolução no PREC (1974-1975). In João Medina, *História de Portugal* (133-142). Madrid: S.A.P.E.
- Santos, Magno F. de Jesus (2017). “Entre raios de fogo e giros de sol”: os videntes de aparições marianas e os escritos de mensagens anticomunistas (Brasil e Portugal). *Revista Cultura & Religión*. XI, 2, 150-171.
- Silva, Manuel Carlos; Toor, Marga von (1988). Camponeses e Patronos: o caso de uma aldeia minhota. *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, 51-80.
- Silva, Cristiana Lucas (2023). A estereotipia como barreira: o caso do anticomunismo no Estado Novo. In Sandra Olivero Guidobono (Coord.), *Las identidades analizadas a través de las segregaciones histórico-culturales*. Madrid: Dakynson S. L.
- Torgal, Luís Filipe (2011). *O Sol Bailou ao Meio-dia. A Criação de Fátima*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estado Novo, Estados Novos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Veiga, Ivo; Rollo, Maria Fernanda; Santos, Paula Borges (2021). *Os Constituintes. Percursos biográficos e intervenções parlamentares (1975-1976)*. Assembleia da República.